

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMEIRO DE MAIO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 41/2026
Processo Administrativo n.º 371/2026

O MUNICÍPIO de PRIMEIRO DE MAIO, torna público que, às 09:00 horas do dia 02 de junho do ano de 2026, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, modo de disputa **ABERTO**, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021, da Lei Complementar Federal n.º 123/2006, demais normas aplicáveis e pelas disposições deste Edital e seus anexos.

Data da sessão: 02/06/2026.

Horário: 09:00 (Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF).

Data e horário limite para encaminhar as propostas: As propostas serão encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico até as 08:59 h do dia 02/06/2026.

Plataforma: COMPRAS.GOV, no qual o edital está disponível para “download”.

1. DO OBJETO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

OBJETO

1.1 A presente licitação do tipo de menor preço, a preços fixos, tem por objeto a aquisição do(s) MOBILIÁRIO(S), conforme descritivo abaixo e de acordo com demais especificações constantes no ANEXO VII - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO OBJETO.

| OBJETO | QUANTIDADE | VALOR TOTAL (R\$) | PRAZO DE ENTREGA (DIAS) |
|---|-------------------|--------------------------|--------------------------------|
| Aquisição de um conjunto de Mobiliário sendo: Composto por um conjunto de armário alto, cadeira giratória com braço, cadeira executiva, cadeira universitária com prancheta, longarina, mesa de escritório, mesa reta curta, quadro branco, armário e mesa para cozinha e demais características técnicas e quantitativos constantes no MODELO 07 | 90 un | 88.650,00 | 60 |
| | | | |

SAM: 45

1.2 O objeto deste edital deverá atender às características técnicas quantitativas e qualitativas fixadas pelo Município, devendo ser novos e não inferior(es) aos limites mínimos fixados no ANEXO VII - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO OBJETO, ARQUIVO DIGITAL que integra este edital.

1.2.1 O não atendimento a qualquer das características exigidas importará na desclassificação

do proponente.

1.3 O objeto deste edital deverá ser entregue no prazo máximo previsto no item 1.1, que será contado a partir da **data da assinatura, citada no extrato do contrato publicado no PNCP ou no Diário Oficial, para aqueles municípios com até 20.000 habitantes que assim optarem, em conformidade com o prazo estabelecido no parágrafo único do art. 176 da Lei Federal 14.133/21.**

1.4 O mobiliário deverá ser entregue na Rua VINTE E QUATRO, 440, CENTRO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

1.5 O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

RECURSOS FINANCEIROS/ORÇAMENTÁRIOS

1.6 As despesas com o fornecimento(s) do(s) objeto(s) licitado(s) serão financiadas com recursos Tesouro do Estado e contrapartida municipal.

2. DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

2.1 O Pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do **COMPRAS.GOV**, no sítio eletrônico **WWW.GOV.BR**.

2.1.1 O inteiro teor do Edital deverá ser obtido no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Sistema Eletrônico de Licitações de realização da sessão **WWW.GOV.BR** (*Compras.gov.br - O maior site de compras públicas do Brasil — Portal de Compras do Governo Federal*).

2.2 O Pregão eletrônico será conduzido por Pregoeiro, assessorado por equipe de apoio, mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado para a presente licitação.

2.3 O Pregoeiro é o agente responsável para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

2.4 Qualquer pessoa é parte legítima para solicitar informações, esclarecimentos ou impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n.º 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis da data da abertura do certame, através dos seguintes meios:
agentedeconstratacao@primeirodemaio.pr.gov.br ou
agentedeconstratacao@primeirodemaio.pr.gov.br

2.5 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimentos será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

2.6 Acolhida a impugnação ou pedido de esclarecimentos que importe modificação das propostas, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

2.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, sendo que a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

2.8 A qualquer tempo, antes da data limite para o recebimento das propostas, o Município poderá, por sua própria iniciativa ou como consequência de algum esclarecimento solicitado por uma possível proponente, alterar os termos do Edital, com anuência expressa do PARANACIDADE, mediante a emissão de um adendo.

2.9 Nos casos em que a alteração do Edital importe modificação das propostas, o Município prorrogará o prazo de abertura do certame.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar da presente licitação empresas, brasileiras ou estrangeiras, devidamente constituídas, que possuam objeto social pertinente e compatível ao licitado, e que atenderem todas as exigências deste edital e de seus anexos, e desde que devidamente credenciadas no sistema *SICAF*, no sítio eletrônico *SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores*.

3.2 Credenciamento:

3.2.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema Eletrônico de Licitações *SICAF*, que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

3.2.1.1 O cadastro dos interessados deverá ser feito no Sistema Eletrônico de Licitações *COMPRAS.GOV*, no sítio eletrônico *Compras.gov.br* - O maior site de compras públicas do Brasil — Portal de Compras do Governo Federal.

3.2.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

3.2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema Eletrônico de Licitações *SICAF*, e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.2.4.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.3 Consórcio:

3.3.1 Poderão participar da presente licitação empresas reunidas em consórcio, de modo a permitir que as empresas especializadas somem esforços e conhecimento técnico para a correta execução do objeto.

3.3.1.1 Tratando-se de licitantes reunidos em consórcio, serão observadas as seguintes exigências:

3.3.1.2 A empresa líder deverá ser nacional e de maior participação no Consórcio. No caso de participações iguais, a líder deverá ser a consorciada de maior Capital Social;

3.3.1.3 A empresa consorciada não poderá participar da mesma licitação isoladamente ou em outra formação de consórcio;

3.3.1.4 No caso de consórcio entre empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá obrigatoriamente à empresa brasileira.

3.3.1.5 A constituição do Consórcio será feita por Comprovação do compromisso, público ou particular, de constituição do Consórcio, subscrito pelos consorciados, incluindo os seguintes itens:

- a) Designação do Consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do Consórcio;
- c) Prazo de duração do Consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo contratual, acrescido de 03 (três) meses, bem como o endereço do Consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre as partes;
- d) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciada e das prestações específicas (participação em percentual do valor total), em relação ao objeto da licitação;
- e) Compromisso expresso de que cada consorciado responderá por todos os atos do consórcio, sendo obrigatória a assinatura do contrato com o Município contratante por todos os consorciados;

f) Indicação da empresa líder, responsável pelo consórcio, que será sua única representante perante o Município contratante, com quem, por meio da pessoa do seu representante legal, serão mantidos todos os entendimentos relativos à licitação e ao contrato, devendo atender as condições de liderança fixadas no edital;

g) Designação do representante legal do consórcio;

h) Compromisso das consorciadas de que não terão a sua constituição ou composição alteradas ou modificadas, sem a prévia e expressa anuência do Município contratante, até o cumprimento do objeto da licitação, mediante termo de recebimento, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c”, supra;

i) Compromisso expreso das consorciadas de que apresentarão, antes da assinatura do eventual termo do contrato decorrente da licitação, o instrumento de constituição do consórcio, arquivado no registro do comércio local de sua sede ou o registro no cartório de Títulos e Documentos, conforme a natureza das pessoas consorciadas;

j) Que cada consorciado apresente a documentação relacionada item DA HABILITAÇÃO deste edital, e suas subdivisões, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado.

3.3.2 Será exigido do consórcio acréscimo de 10% sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira.

3.4 Empresa que faz parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro pode apresentar somente uma única proposta, sob pena de rejeição de todas.

3.5 Não poderão disputar da licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, empresas que:

3.5.1 Estejam sob processo de falência;

3.5.2.1 Será admitida participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentada certidão emitida pela instância judicial competente demonstrando estar a empresa apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;

3.5.2 Tenham sido declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública;

3.5.3 Estejam suspensas ou impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública direta ou indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção.

3.5.4 Se enquadrem nas seguintes vedações de participação (art. 9º e 14 da Lei n.º 14.133/2021):

3.5.4.1 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.5.4.2 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

3.5.4.3 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.5.4.4 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

3.5.4.4.1 As vedações estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.5.4.5 Não poderão participar da licitação OSCIP's atuando nessa condição;

3.5.4.6 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.4.7 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica;

3.5.4.8 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado.

3.6 ME e EPP: As microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar n.º 123/06, poderão participar desta licitação usufruindo dos benefícios estabelecidos nos artigos 42 a 45 daquela Lei Complementar, declarando no campo próprio do sistema sua condição.

3.6.1 Não serão aplicáveis tais benefícios em se tratando de contratação cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6.1.1 A obtenção dos benefícios fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6.1.2 Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

3.7 Como requisito para a participação no PREGÃO, a licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico ou mediante apresentação de declaração, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos, especialmente:

3.7.1 O pleno conhecimento e atendimento aos critérios legais e constitucionais e às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

3.7.2 A sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

3.7.2.1 A comprovação da condição acima deverá ocorrer mediante apresentação de:

a) Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente;

b) Declaração escrita (Anexo VI), sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006;

c) Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a NBC TG n.º 1002/2021, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir.

3.8 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.8.1 A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outros tipos e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

3.9 A participação na presente licitação implica o reconhecimento pela licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições

contidas na legislação indicada neste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação das propostas e lances e de julgamento.

4.2 O encaminhamento da proposta de preços será feito exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados datas e horários limites estabelecidos. Até a data e horário de abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

4.3 O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.4 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.5 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), desde que os referidos documentos estejam atualizados e disponíveis para acesso dos demais licitantes.

4.6 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

4.6.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.6.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021, sendo facultado ao Município convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

4.7 Os documentos instrutores da proposta e habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento da fase de envio de lances.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS ANEXOS

5.1 O licitante enviará a sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do valor global em moeda corrente nacional.

5.2 A licitante deverá indicar na sua proposta o “Valor”, “Marca”, “Fabricante” e “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”.

5.2.1. O prazo de validade da Proposta será de 60 dias (sessenta) dias, contados a partir da data de abertura da licitação;

5.3 A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de produtos, preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

5.4 Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.

5.4.1 Os preços unitários e total deverão possuir até 02 (duas) casas decimais.

5.5 Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimo, a qualquer título.

5.6 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, sociais, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do contrato.

5.7 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.8 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.9 A licitante declarada vencedora do certame deverá enviar a proposta de preços, conforme disposto no Item 5.2 deste Edital, de acordo com o formulário que segue como ANEXO II deste Edital, com todas as informações e declarações ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, ser datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal ou procurador, devidamente identificado com números de CPF e RG, e respectivo cargo na licitante.

5.10 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o ANEXO VII - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO OBJETO deste Edital, assumindo o proponente o compromisso de entregar o objeto licitado nos seus termos, bem como fornecer (se necessário) os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO, com a divulgação das propostas de preços recebidas, quando o Pregoeiro irá avaliar a aceitabilidade das propostas.

6.1.1 Serão desclassificadas, desde logo, as propostas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações exigidas, conforme art. 59 da Lei n.º 14.133/2021.

6.2 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.3 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.4 A classificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo, em sentido contrário.

6.5 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.6 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

FASE DE LANCES E MODO DE DISPUTA

6.7 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento, registro e valor.

6.8 Os licitantes poderão oferecer lances públicos e sucessivos, com prorrogações, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação, conforme MODO DE DISPUTA ABERTO.

6.8.1 A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo R\$ 0,01 (*UM CENTAVO*) em relação aos lances intermediários e em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.8.2 A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

6.8.3 A etapa de envio de lances terá duração de 10 (DEZ) MINUTOS, e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.8.3.1 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.8.4 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (DOIS) MINUTOS e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.8.5 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.8.6 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.9 Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.9.1 Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.10 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.11 No caso de haver a participação de microempresas e empresas de pequeno porte no certame licitatório, **ressalvado o previsto no item 3.6.1**, os procedimentos obedecerão aos subitens a seguir:

6.11.1 Antes da classificação definitiva de preços, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema utilizado verificará se ocorreu empate ficto previsto no § 1º do artigo 44 da Lei Complementar n.º 123/2006, ou seja, as propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte, com valores até 5% (cinco por cento) acima do melhor preço ofertado.

6.11.2 Em caso positivo, a microempresa ou empresa de pequeno porte, convocada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela, à primeira classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.

6.11.3 Caso a microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) convocada não exerça o benefício de ofertar preço inferior à primeira classificada ou não o faça no tempo aprazado, o sistema automaticamente convocará as ME/EPP remanescentes que, porventura, se enquadrem na hipótese do empate ficto, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito, sucessivamente, se for o caso.

6.11.4 Se houver equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos apontados nos itens anteriores, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.12 Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei 14.133/21, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.

6.13 Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro poderá negociar melhores condições, encaminhando, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.13.1 A negociação será realizada por meio do sistema, com acompanhamento dos demais licitantes e divulgação do resultado, bem como anexação aos autos do processo.

6.14 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos documentos complementares.

6.15 Encerrada a negociação, a o Pregoeiro iniciará a fase de julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de envio de negociação, o pregoeiro verificará, preliminarmente, se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame,

conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

7.1.1 Constada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.1.2 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.2 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade ao item 3.6 deste Edital.

7.3 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, e à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.

7.4 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.4.1 conter vícios insanáveis;

7.4.2 não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

7.4.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

7.4.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.4.5 apresentar desconformidade insanável com quaisquer outras exigências deste Edital.

7.5 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado.

7.6 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.6.1 Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para desclassificação da proposta, desde que se limitem a erros ou falhas que não alteram a substância da proposta.

7.7 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.8 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (*DUAS HORAS*), sob pena de não aceitação da proposta.

7.8.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.8.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

7.9 Os resultados serão divulgados por meio de mensagem no sistema e, caso a proposta seja recusada, seguirá a análise do segundo classificado em relação à aceitabilidade de sua proposta e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.10 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

7.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

8.1.1 Iniciada a fase de habilitação, o pregoeiro, mediante aviso veiculado na plataforma, abrirá o prazo de 2 (DUAS) HORAS, para que a licitante melhor classificada apresente os documentos de habilitação.

8.2 A habilitação da licitante vencedora poderá ser substituída por meio de registro regular no SICAF.

8.2.1 Caso os dados e informações constantes do SICAF não atendam aos requisitos exigidos deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação.

8.2.2 O pregoeiro avaliará os documentos exigidos no subitem 8.5 deste Edital, por meio eletrônico, devendo a licitante encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via Internet.

8.2.3 Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o pregoeiro solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos.

8.3 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.

8.4 Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará às demais licitantes a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste Edital.

8.5 A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

8.5.1 Quanto à Habilitação Jurídica:

- a) Comprovação de existência jurídica da pessoa;
- b) Cédula de Identidade, no caso de pessoa física.
- c) Registro comercial, no caso de empresa individual.
- d) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- e) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício.
- f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.
- g) Declaração unificada, conforme documento “Declaração de Conhecimento e Atendimento Critérios Legais e Constitucionais”, Anexo IV.
- h) Declaração (Anexo IV), sob penas da lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menores em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (Lei n.º 10.097/00).
- i) Procuração do representante do licitante para participar do pregão, se for o caso.

8.5.2 Quanto à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto ora licitado;
- c) Prova de regularidade com as fazendas:
 - a) Federal mediante a apresentação de certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e dívida ativa da União;
 - b) Estadual mediante a apresentação de certidão de regularidade fiscal e a certidão negativa de dívida ativa de tributos estaduais da sede da empresa (ou certidão conjunta quando forem unificadas);
 - c) Municipal mediante a apresentação de certidão negativa emitida pela respectiva Secretaria de Fazenda da sede da empresa, e prova de regularidade com a Fazenda Municipal, referente a tributos mobiliários e imobiliários da sede ou domicílio do licitante;
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT (Lei n.º 12.440/2011);
- e) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).
- f) Declaração do cumprimento no disposto no inciso XXXIII do art. 7º, da CF/1988, conforme documento “Declaração de Conhecimento e Atendimento Critérios Legais e Constitucionais”, Anexo IV.

8.5.2.1 Serão aceitas as Certidões acima em original ou obtidas pela Internet, dentro do prazo de validade, sujeitando-as a verificações, caso necessário. No caso de divergência entre os dados constantes da certidão apresentada e os dados constantes da verificação, prevalecerá a última.

8.5.3 Quanto à Capacidade Técnica:

8.5.3.1 O não envio, o envio indevido ou a falta de qualquer dos documentos acarretará desclassificação ou inabilitação. Nesse caso, obedecida a ordem de classificação, prazo e demais exigência do edital, será convocada a próxima classificada.

8.5.3.2 Considerar-se-á como válido por 90 (noventa) dias os documentos que não possuem outra referência quanto a esse prazo.

8.5.3.3 Considerar-se-á desclassificada e/ou inabilitada a licitante que:

- a) Seja declarada inidônea em qualquer esfera de Governo;
- b) Estiver cumprindo penalidade de suspensão temporária ou outra penalidade imposta pelo ente licitante.
- c) Tiver decretada sua falência, concordata, dissolução ou liquidação;
- d) Não atender as exigências quanto à habilitação, devidas neste Edital.
- e) Apresentar as propostas em desacordo com o estabelecido no Edital, em especial, com valores superiores ao estimado.
- f) Deixar de atender a alguma exigência deste Edital, ou apresentar declaração ou documentação que não atenda aos requisitos legais.

8.5.3.4 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas nesse Edital.

8.5.3.5 As declarações apresentadas pelas licitantes classificadas, deverão estar assinadas por representante legal da empresa, comprovadas por meio do contrato social e/ou procuração devidamente autenticada em cartório e anexada à documentação.

8.5.4 Comprovação da Condição de ME ou EPP

- a) Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente;
- b) Declaração escrita sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (ANEXO VI);
- c) Apresentação do Demonstrativo do Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir.

8.5.5 Quanto à Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Prova de capacidade financeira, mediante apresentação das demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, na forma da legislação vigente.
- b) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

8.6 A licitante para fins de habilitação deverá observar as disposições gerais que seguem:

8.6.1 Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 90 dias, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

8.6.2 Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

8.6.3 Os documentos emitidos via Internet serão conferidos pelo Pregoeiro.

8.6.4 Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.6.5 Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.

8.7 Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

8.8 Os documentos serão analisados pelo Pregoeiro quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta licitação.

8.8.1 Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, ela será inabilitada.

8.8.1.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte assim qualificada, a sessão será suspensa, concedendo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização, de forma a possibilitar, após tal prazo, sua retomada.

8.8.2 Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação.

8.8.3 Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.8.4 Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

8.9 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.

8.10 Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame, oportunidade na qual serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação da referida.

9. DOS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 30 minutos, de forma imediata após o término do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

9.2 Havendo preclusão do prazo de manifestação de intenção de recurso, fica a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

9.3 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

9.4 Os demais licitantes ficarão intimados para, desejando, apresentarem suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

9.5 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.6 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

9.7 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

9.8 O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e, após submeter o processo licitatório ao Paranaidade para análise e emissão de autorização de homologação, homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei n.º 14.133, de 2021.

10.2 Caso o objeto do procedimento licitatório possua mais de um lote, será permitida sua adjudicação parcial.

11. DO TERMO DE CONTRATO

11.1 Após a adjudicação e homologação do resultado do certame licitatório, a proponente vencedora será convocada para assinar o termo de Contrato de Fornecimento, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e na legislação.

11.1.1 O prazo previsto neste item poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceito pela Administração.

11.2 É facultado ao Município, quando o convocado não comparecer no prazo estipulado no subitem anterior, ou ainda, recusar-se injustificadamente a assinar o termo de contrato, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste edital e na legislação, retomar o procedimento licitatório ou revogar a licitação.

12. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

12.1 O(s) objeto(s) entregue(s) será(ão) recebido(s) provisoriamente pelo(s) técnico(s), a ser(em) designado(s) para tanto, o qual, também, verificará a consistência e a exatidão da nota fiscal/fatura, apresentada em duas vias.

12.2 O(s) objeto(s) só será(ão) recebido(s) definitivamente depois de certificado(s) pelo(s) técnico(s), a ser(em) designado(s) para tanto, por meio de vistoria e termo de recebimento definitivo, observadas as especificações contidas no ANEXO VII – CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS.

12.3 O(s) técnico(s) poderá(ão) solicitar informações na oportunidade da vistoria, ficando o contratado obrigado a prestá-las.

12.4 No caso de mobiliário(s) rejeitado(s), o contratado deverá providenciar a imediata troca por outro sem defeito e de acordo com o ANEXO VII – CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS, dentro do prazo de 10 (dez) dias corridos, sob pena de serem aplicadas as sanções estabelecidas neste edital, ficando sob sua responsabilidade todos os custos da operação de troca.

12.5 O Município não se responsabilizará pelo armazenamento, guarda ou por danos causados ao equipamento entregue e rejeitado pelo(s) técnico(s).

13. DO PAGAMENTO

13.1 O pagamento será efetuado em moeda brasileira corrente, até 05 (cinco) dias úteis, após a recepção do recurso financeiro pelo Município e apresentação correta da nota fiscal/fatura do equipamento fornecido e documentos pertinentes. O faturamento deverá ser protocolado, em 02 (duas) vias, no protocolo do Município e deverá ser apresentado conforme segue: a) nota fiscal/fatura com discriminação resumida do equipamento fornecido, número da licitação, número do contrato, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo técnico responsável pelo recebimento; b) termo de recebimento provisório.

13.2 Havendo erro na apresentação dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça o pagamento – como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência –, esse ficará sobrestado até que a proponente contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Município.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa grave:

Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

14.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- d) apresentar proposta em desacordo com as especificações do Edital;

14.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.4 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.5 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.6 Fraudar a licitação;

14.7 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- d) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.8 Com fulcro no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

14.10 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.10.1 Para as infrações previstas nos itens 13.1 a 13.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.10.2 Para as infrações previstas nos itens 13.5 a 13.7, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.11 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.12 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos termos do artigo 157 da Lei n.º 14.133/2021.

14.13 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.14 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.15 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.16 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.17 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.18 As penalidades aplicadas serão publicadas no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

15. SUBCONTRATAÇÃO

15.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, em qualquer hipótese.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 Todas as referências de tempo neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

16.2 Reserva-se ao pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

16.3 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema.

16.4 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

16.4.1 O licitador poderá declarar a licitação deserta ou fracassada, quando, respectivamente, não acudirem proponentes à licitação ou nenhuma das propostas de preços satisfizer o objeto.

16.4.2 Se todos os licitantes forem desclassificados ou seus documentos de habilitação não estiverem de acordo com as exigências do edital, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação.

16.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.6 O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos a publicação, serão divulgados no sítio eletrônico <https://www.primeirodemaio.pr.gov.br/>, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, quando houver.

16.7 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.8 A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.9 Fica desde logo eleito o Foro da Comarca de *PRIMEIRO DE MAIO* – Vara da Fazenda Pública - para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

17. LISTA DE DOCUMENTOS ANEXOS

17.1 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

17.1.1 ANEXO I – MINUTA PADRÃO DE CONTRATO

17.1.2 ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS

17.1.3 ANEXO III – MODELO DE PROCURAÇÃO

17.1.4 ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ATENDIMENTO AOS CRITÉRIOS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS

17.1.5 ANEXO V – LOCAIS DE ENTREGA

17.1.6 ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

17.1.7 ANEXO VII – CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO OBJETO

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente as disposições da Lei n.º 14.133/2021.

PRIMEIRO DE MAIO , quinze de maio de 2026.

BRUNO EDUARDO SANTA ROSA BAUERMAN ESTEVAM

PREFEITO

SERVIDOR(A) ÓRGÃO/ENTIDADE / SETOR

ANEXO I

CONTRATO N.º /

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO
DE E A EMPRESA NA FORMA
ABAIXO:

CONTRATANTE: O (inserir nome do contratante), situado na (inserir endereço), PR, CNPJ (inserir n.º), neste ato representado(a) pelo(a) (inserir cargo e nome da autoridade), portador da cédula de identidade R.G. n.º (inserir n.º), inscrito no CPF sob n.º (inserir n.º).

CONTRATADA: A empresa (inserir nome da empresa), CNPJ (inserir n.º), localizada na (inserir endereço), representada por (inserir nome do representante legal) portador da cédula de identidade R.G. n.º (inserir n.º), inscrito no CPF sob n.º (inserir n.º), residente na (inserir endereço),

Firmam o presente Contrato de Fornecimento com fundamento na Lei Federal n.º 14.133/2021, na proposta da CONTRATADA datada de (inserir data), protocolo n.º (inserir n.º), apresentada no procedimento licitatório de PREGÃO ELETRÔNICO n.º (inserir n.º) que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, e pelas cláusulas e condições a seguir determinadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

1.1 O objeto do presente contrato é o fornecimento de: - Lote(s) n.º .

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1 O valor global para o fornecimento do objeto deste contrato é de R\$, daqui por diante denominado “VALOR CONTRATUAL”.

2.2 O “VALOR CONTRATUAL” inclui todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

CLÁUSULA TERCEIRA- DOS RECURSOS

3.1 As despesas com o fornecimento do objeto deste contrato correrão à conta dos recursos advindos da .

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 Os bens deverão ser entregues no local (ANEXO V), na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no ANEXO VII - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO OBJETO, que integra o presente contrato para todos os fins.

4.2 O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de 10 (inserir o prazo) dias (inserir prazo por extenso) dias, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no ANEXO VII - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO OBJETO.

4.3 O objeto só será recebido definitivamente depois de certificado pelo(s) técnico(s), a ser(em) designado(s) para tanto, através de vistoria e termo de recebimento definitivo, observadas as especificações contidas nas CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS.

4.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no ANEXO VII - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO OBJETO e na proposta,

devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 O presente contrato terá vigência de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir da data da assinatura, citada no extrato do contrato publicado no PNCP ou no Diário Oficial para aqueles municípios com até 20.000 habitantes que assim optarem, em conformidade com o prazo estabelecido no parágrafo único do art. 176 da Lei Federal 14.133/21.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1 O pagamento será efetuado em moeda brasileira corrente, até 05 (cinco) dias úteis, após a recepção do recurso financeiro pelo Município e apresentação correta da nota fiscal/fatura do equipamento fornecido e documentos pertinentes.

6.2 O faturamento deverá ser protocolado, em 02 (duas) vias, no protocolo geral na sede do Município e deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

a) nota fiscal/fatura, em duas vias, com discriminação resumida do equipamento fornecido, número da licitação, número do contrato, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo técnico responsável pelo recebimento;

b) termo de recebimento provisório.

6.3 O faturamento deverá ser efetuado em nome do Município de Primeiro de Maio– CNPJ n.º 76.245.059/0001-01.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE FORNECIMENTO E DA PRORROGAÇÃO

7.1 O prazo de fornecimento é de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da assinatura, citada no extrato do contrato publicado no PNCP ou no Diário Oficial para aqueles municípios com até 20.000 habitantes que assim optarem, em conformidade com o prazo estabelecido no parágrafo único do art. 176 da Lei Federal 14.133/21.

7.2 Somente será admitida alteração do prazo de **fornecimento, com anuência expressa do PARANACIDADE**, nos casos previstos em lei, especialmente quando:

a) houver alteração de quantidades, obedecidos os limites fixados neste contrato, por atos do CONTRATANTE;

b) por atos do CONTRATANTE que interfiram no prazo de fornecimento;

c) atos de terceiros que interfiram no prazo de fornecimento ou outros devidamente justificados e aceitos pelo CONTRATANTE;

d) por motivos de força maior ou caso fortuito, entre outros, desde que tenham influência direta sobre o fornecimento do objeto contratado.

7.3 Enquanto perdurarem os motivos de força maior ou suspensão do contrato, devidamente justificadas e formalizadas, cessam os deveres e responsabilidades de ambas as partes em relação ao contrato.

7.4 Ficando a CONTRATADA temporariamente impossibilitada, total ou parcialmente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos ao fornecimento, deverá esta comunicar e justificar o fato por escrito para que o CONTRATANTE tome as providências cabíveis.

7.5 Enquanto perdurar o impedimento, o CONTRATANTE se reserva o direito de extinguir o presente contrato e contratar o fornecimento do equipamento com outro fornecedor, desde que respeitadas as condições desta licitação, não cabendo direito à CONTRATADA de formular qualquer reivindicação, pleito ou reclamação.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 São obrigações da CONTRATADA:

8.1.1 assegurar o fornecimento do objeto, cumprindo fielmente a forma disposta no Edital e demais documentos pertinentes;

8.1.2 cumprir com os encargos trabalhistas, previdenciários, social e tributário de sua responsabilidade, incidentes sobre o objeto deste contrato;

8.1.3 garantir a qualidade do objeto contra defeitos de fabricação, pelo período mínimo de 12 (doze) meses, conforme declaração assinada pela contratada (Anexo nº 05);

8.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5 manter as condições de habilitação, bem como, atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1 Não haverá exigência de garantia contratual do objeto, conforme justificativa apresentada na fase preparatória do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS BENS NÃO PREVISTOS

10.1. Por determinação do CONTRATANTE a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias em até 25% (vinte e cinco por cento) do preço inicial atualizado do contrato, com anuência expressa do PARANACIDADE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO-ECONÔMICO FINANCEIRO.

11.1. Em caso de ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a parte Contratada poderá apresentar um pedido formal de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro à parte Contratante.

11.2. O pedido deverá ser acompanhado de toda a documentação comprobatória pertinente que justifique o desequilíbrio alegado e a necessidade de restabelecimento.

11.3. A parte Contratante deverá responder ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de dias corridos, contados a partir do recebimento do pedido formal e da documentação completa.

11.4. A resposta deverá conter a análise detalhada do pedido e a decisão fundamentada quanto à aceitação, rejeição ou necessidade de complementação de informações. Caso haja necessidade de complementação, a parte interessada será notificada, e um novo prazo será estabelecido para a entrega dos documentos faltantes.

11.5. Em caso de aceitação do pedido, as partes deverão negociar os termos do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, visando sempre à manutenção das condições originalmente pactuadas.

11.6. O acordo resultante da negociação deverá ser formalizado por meio de aditivo contratual, conforme previsto na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO OU CESSÃO DO CONTRATO

12.1 A Contratada não poderá subcontratar nem ceder o objeto do presente contrato, em qualquer hipótese, a nenhuma pessoa física ou jurídica.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO E PENALIDADES

13.1 O presente instrumento poderá ser extinto, nos termos dos artigos 137 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021, mediante expressa anuência do PARANACIDADE:

13.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

13.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

13.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

13.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

13.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

13.4 O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

13.5 À CONTRATADA, poderão ser aplicadas pelo CONTRATANTE, após conhecimento e anuência do PARANACIDADE, as seguintes sanções:

13.5.1. Advertência por escrito, em caso de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no edital e seus anexos e neste contrato que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves;

13.5.2 multa de 5% (cinco por cento) do valor contratual nos casos de mora, exigível juntamente com o cumprimento das obrigações. A multa incidirá a cada novo período de 30 (trinta) dias de atraso em relação à data prevista para o fornecimento.

13.5.3 multa de 10% (dez por cento) do valor contratual quando por ação, omissão ou negligência a CONTRATADA infringir qualquer das demais obrigações contratuais.

13.5.4. Impedimento de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do MUNICÍPIO, por prazo não superior a 3 (três) anos, nos casos e na forma previstos na Lei Federal n.º 14.133/2021.

13.5.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, nos casos e na forma previstos na Lei Federal n.º 14.133/2021.

13.6. As sanções de advertência; impedimento de licitar e contratar; e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

13.7. O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto nos artigos 156 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ANTICORRUPÇÃO E ATENDIMENTO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

14.1 As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

14.2 Para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n.º 13.709/18), na hipótese de, em razão do presente Contrato, a CONTRATADA realizar o tratamento de dados pessoais como operadora ou controladora, a CONTRATADA deverá adotar as medidas de segurança técnicas, jurídicas e administrativas aptas a proteger tais dados pessoais de acessos não autorizados ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observando-se os padrões mínimos definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados e em conformidade com o disposto na legislação de proteção de dados e privacidade em vigor.

14.3 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do CONTRATADO, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

14.4 O encarregado do CONTRATADO manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

14.5 O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

14.6 O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

14.7 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS.

15.1 Dos atos do CONTRATANTE decorrentes da aplicação deste Contrato será assegurado o contraditório e ampla defesa.

15.2 Assim, diante de eventual penalidade aplicada ou indeferimento de pedidos administrativos, cabem recursos administrativos nas formas previstas na Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1. Este Contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e seguintes da Lei Federal n.º 14.133. de 2021, mediante anuência expressa do PARANACIDADE, salvo as que tratem da prorrogação, tão somente, do prazo de vigência contratual.

16.2. Será incorporada a este contrato, mediante TERMOS ADITIVOS, qualquer modificação que venha a ser necessária durante a sua vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CONTROLES DE EXECUÇÃO

17.1 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

17.1.1 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

17.1.1.2 O responsável pelo recebimento do objeto deste contrato, é o (a) Sr (a) _____, designado pela Portaria nº _____.

17.8.1.3 O gestor do contrato é o (a) Sr(a) _____, designado pela Portaria nº _____.

17.2 Ao PARANACIDADE caberá a supervisão do contrato, podendo adotar ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas, inclusive notificar o fiscal e/ou gestor.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor e aplicáveis a espécie.

18.2 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Município e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas perante o Foro da Comarca de Primeiro de Maio, Estado do Paraná, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Justas e contratadas, firmam as partes este instrumento, em 2 (duas) vias em igual teor, com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.

, de de 20 .

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

RG n.º

RG n.º

P A M

ANEXO II

PROPOSTA DE PREÇOS

(apresentar em papel timbrado indicando CNPJ da empresa, razão social, endereço, telefone e e-mail)

Ref.: Pregão n.º ____ / ____ .

DADOS DO FORNECEDOR:

| | | |
|---|--------|----------|
| Fornecedor: CNPJ/CPF: Endereço: Bairro: CEP: Telefone: Inscrição Estadual: Cidade: | Fax: | E-mail: |
| Estado: | Banco: | Agência: |
| Conta corrente: | | |

DADOS DO OBJETO OFERTADO

| Lotes () | Descrição | Quantidade | Valor Unitário Bruto | Valor Total Bruto | Valor Unitário s/ ICMS | Alíquota % ICMS |
|-----------|-----------|------------|----------------------|-------------------|------------------------|-----------------|
| Item () | | | R\$ | R\$ | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |

1. O valor para fornecimento do objeto acima é de R\$ ____ (Valor total contendo no máximo duas casas decimais)

2. O prazo de fornecimento é de (inserir o prazo) (inserir o prazo por extenso) dias contados a partir da data de assinatura do Contrato de Fornecimento.

3. O prazo de validade da proposta de preços é de (inserir o prazo de validade) (inserir o prazo de validade por extenso) dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas pelo Pregoeiro.

4. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo VII do Edital.

5. O arrematante DECLARA que, para fins, do disposto no §1º, do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos

trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

Atenciosamente,

_____, ____ de _____ 20__.

| | |
|--------------------------------|--|
| Representante Legal da Empresa | |
| Nome: | |
| CPF: | |
| Assinatura: | |

PAM

ANEXO III

MODELO DE PROCURAÇÃO

(apresentar em papel timbrado indicando CNPJ da empresa)

OUTORGANTE: _____, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representada por _____, portador da Carteira de Identidade n.º _____, CPF n.º _____, residente e domiciliado na Rua _____, n.º _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____.

OUTORGADO: _____, portador da Carteira de Identidade n.º _____, e do CPF n.º _____, residente e domiciliado no(a) _____, n.º _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º _____, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

_____, _____ de _____ de 20____.

PAM

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ATENDIMENTO AOS CRITÉRIOS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS

(apresentar em papel timbrado indicando CNPJ da empresa)

Ao

MUNICÍPIO DE

Referência: Pregão Eletrônico n.º ____/20____

O Signatário da presente, _____, Carteira de Identidade n.º _____, representante legal, em nome da Empresa _____, CNPJ/MF _____, declara:

- 1) Concordar, na íntegra, com os termos da Licitação e com todos os documentos dela componentes;
- 2) Que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo Órgão Licitante quanto à sua habilitação;
- 3) Que não existe, no presente momento, pedido de falência em nome desta empresa e que ela se submete à automática inabilitação, caso tal venha a ocorrer durante o processo de Licitação;
- 4) Sob as penalidades cabíveis, a não superveniência de fato impeditivo da habilitação;
- 5) Que a empresa é idônea e atende a todos os pré-requisitos da Licitação e demais exigências contidas na Lei Federal n.º 14.133/2021;
- 6) Que não se enquadra nas hipóteses previstas no § 1.º do art. 9.º e no art. 14 ambos da Lei Federal n.º 14.133/2021, atendendo às condições de participação da Licitação e legislação vigente, em especial:
 - 6.1 Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau
 - 6.2 Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 7) Que assume total responsabilidade pelas informações prestadas e, em qualquer tempo, exime o ora contratante de quaisquer ônus civil e penal que lhe possa acarretar;
- 8) Que fará prova de todas as informações ora declaradas, quando necessário ou solicitado e que se compromete a apresentar a documentação original, quando for solicitada pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no prazo que ele estipular;
- 9) Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, quando cabível.
- 10) Que para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. (Caso empregue menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, deverá fazer a ressalva).

- 11) Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada, quando cabível.
- 12) Que para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021 a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de entrega desta proposta.

_____, ____ de _____ 20__.

Representante Legal da Empresa

Nome:

CPF:

Assinatura:

PAM

ANEXO V

LOCAIS DE ENTREGA

| ORGÃO/ENTIDADE |
|-------------------------------|
| Local de Entrega: |
| Responsável pelo Recebimento: |
| Telefone: |
| Horário de Funcionamento: |

PAM

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU equiparadas

(apresentar em papel timbrado indicando CNPJ da empresa)

Ao

MUNICÍPIO DE

Referência: Pregão Eletrônico n.º ____/20__

A Empresa _____, CNPJ/MF _____, DECLARA, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis e as penas da lei, ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente, não possuindo o nenhum dos impedimentos previstos no Parágrafo 4º do Artigo 3º da Lei Complementar Federal n.º 123/2006 e suas alterações, e tendo interesse dos benefícios nela contidos para efeitos de licitação, quando e no que couber.

Declara ainda que, não extrapolou a receita bruta máxima relativa ao enquadramento como empresa de pequeno porte, de que trata o art. 3º, II da Lei Complementar n.º 123, de 2006, em relação aos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação.

_____, ____ de _____ 20__.

Representante Legal da Empresa

Nome:

CPF:

Assinatura:

ANEXO VII
CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO OBJETO
ARQUIVO DIGITAL



CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO - MODELO 07**Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio – Pr.****LOTE Nº: 01****NOME DO BEM: Mobiliário****PROPONENTE:****EDITAL DE: PREGÃO nº /2.0**

| ITEM | (1) DISCRIMINAÇÃO | (2) EXIGÊNCIAS MINIMAS DO MUNICÍPIO | (3) QTDE | 4) ESPECIFICAÇÕES DO EQUIPAMENTO PROPOSTO PELA PROPONENTE |
|------|-------------------|--|----------|---|
| 1 | ARMÁRIO ALTO | <p>Armário com tampo confeccionado em fibra de madeira aglomerada de média densidade (MDP) com 25 mm de espessura. Acabamento em ambas as faces, com laminado melamínico de baixa pressão (BP). O tampo é encabeçamento em todos os topos com fita borda PVC. Corpo em MDP 15 mm de espessura, encabeçamento nos topos aparentes com fita borda PVC. Portas em MDP 15 mm de espessura, em todos os topos com fita borda PVC, todos revestidos com laminado melamínico de baixa pressão (BP) em ambas as faces. Portas dotadas de dobradiças caneco Ø35 em aço estampado com abertura de 90°, sendo que a mesma é dotada do sistema SlideOn de amortecimento para que a porta não colida com o móvel e assim não tendo nenhum ruído, contendo 06 dobradiças, 03 em cada porta, fechadura com travamento na porta direita. Puxador estilo alça em polipropileno injetado com acabamento em prata crome com camada de proteção em verniz UV. Niveladoras de piso em polipropileno injetado com regulagem para o móvel tanto internamente como externamente.</p> <p>Composto por 03 prateleiras móveis com possibilidade de regulagem e 01 prateleira fixa.</p> <p>Medidas aproximadas: 170cm x 77cm x 40cm – (AxLxP), variação máxima de 5cm para mais/menos.</p> <p>Cor do mobiliário a definir no momento da aquisição.</p> | 2 UNID | |

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO - MODELO 07

Prefeitura Municipal de *Primeiro de Maio* – Pr.

LOTE Nº: 01

NOME DO BEM: **Mobiliário**

| | | | | |
|---|---|---|---------|--|
| 2 | CADEIRA ESTOFADA GIRATÓRIA COM BRAÇO | <p>Chassi do assento confeccionado em compensado de madeira multilaminada, prensada a quente, com espessura mínima de 12mm, com furação universal para montagem de porcas-garra.</p> <p>A capa do assento fabricada pelo processo de injeção de polipropileno. A capa possui furação para a fixação da estrutura da cadeira e dos braços. A capa do assento é na cor preta e possui acabamento texturizado. Chassi do encosto fabricado pelo processo de injeção de polipropileno, com reforço vertical e horizontal na parte traseira. O chassi possui furação para a inclusão de porcas garras que servem para a fixação do chassi na estrutura do encosto da cadeira. O chassi possui também quatro furos que servem para fixar a capa de encosto ao chassi de encosto através de encaixe. A capa do encosto fabricada pelo processo de injeção de polipropileno. A capa possui quatro torres que servem para fixar a capa de encosto no chassi de encosto através de furação apropriadas localizadas nessa peça. A capa do encosto é na cor preta e possui acabamento texturizado. Assento e Encosto com mecanismo de regulagem de inclinação sincronizado e regulagem de tensão e suporte do encosto em chapa de aço estampada de 6,35 mm de espessura e regulagem de altura através de sistema de catraca, com curso mínimo de 65mm.</p> <p>Tubo central com coluna de regulagem de altura pneumática a gás, regulagem mínima de altura de 110mm, com mola amortecedora de impacto no estágio zero. Base giratória 5 patas, arqueada, com diâmetro externo mínimo de 610 mm, em nylon injetado sob pressão com alta resistência mecânica, com rodízios duplos de nylon. Braços “T” reguláveis com corpo injetado em polipropileno de alta resistência a impacto e abrasão e apoia-braços injetados em poliuretano com alma de aço na cor preta.</p> | 16 UNID | |
|---|---|---|---------|--|

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO - MODELO 07

Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio – Pr.

LOTE Nº: 01

NOME DO BEM: Mobiliário

| | | | |
|--|---|--|--|
| | <p>Acionamento da regulagem de altura através de botão de apertar, com curso mínimo de 60 mm. Fixado ao chassi do assento com parafusos.</p> <p>O acabamento das partes metálicas se dá pelo processo de pintura epóxi-pó na cor preta, com acabamento liso, com pré-tratamento feito por fosfatização.</p> <p>Espumas do assento e do encosto injetadas em poliuretano flexível, moldadas anatomicamente, auto extingüíveis. Espessura do assento com no mínimo 50mm, com densidade de no mínimo 45Kg/m³, e espessura do encosto com no mínimo 50mm, com densidade de no mínimo 50Kg/m³. As espumas são aplicadas nos chassis do assento e do encosto sem o uso de qualquer tipo de adesivo ou cola. Revestimento em tecido 100% poliéster, de alta resistência à propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente, com gramatura de no mínimo 235g/m², na cor preto. O revestimento é fixado sob os chassis do assento e do encosto com o uso de sistema de cordão (sem uso de adesivos ou cola).</p> <p>Dimensões aproximadas:</p> <p>Largura mínima do assento ente braços: 45cm.</p> <p>Profundidade do assento: 42cm.</p> <p>Largura do encosto: 41cm.</p> <p>Altura do encosto: 35cm.</p> <p>Altura chão-assento: 40 a 50cm.</p> | | |
|--|---|--|--|

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO - MODELO 07

Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio – Pr.

LOTE Nº: 01

NOME DO BEM: *Mobiliário*

| | | | | |
|----------|-------------------------------------|--|---------------|--|
| 3 | CADEIRA EXECUTIVA GESTOR | <p>Material base em Polipropileno e metal, encosto alto revestido em Tela Mesh. Assento com estofado em espuma injetada de no mínimo densidade 40, com revestimento em Tela Mesh/Nylon. Braço de apoio ajustável. Base giratória em aço tubular. Pistão com regulagem de altura a gás de no mínimo classe 3. Rodas em Nylon. Regulagem de postura ajustável a altura e profundidade. Altura do apoio dos braços ao assento: mínima de 18 cm. Altura do encosto: mínima de 54 cm. Largura superior do encosto: mínima de 50 cm e altura inferior mínima de 40cm. Altura mínima do assento em relação ao solo: 40 cm. Largura do assento: mínima de 48 cm. Comprimento do assento: mínima de 44 cm. Peso mínimo a ser suportado: 100 kg. O produto deverá ser novo, sem defeitos e em perfeitas condições de funcionamento. Obs.: todas as informações deverão atender os quesitos da norma regulamentadora NR 17. Todas as cadeiras deverão serem entregues montadas de acordo com a solicitação.</p> <p>Cor do mobiliário a definir no momento da aquisição.</p> <p>Marca de referência: Astra, Comfy, Fratini ou de melhor qualidade.</p> | 2 UNID | |
|----------|-------------------------------------|--|---------------|--|

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO - MODELO 07

Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio – Pr.

LOTE Nº: 01

NOME DO BEM: **Mobiliário**

| | | | | |
|---|---|---|--------|--|
| 4 | <p>CADEIRA UNIVERSITÁRIA COM PRANCHETA (CANHOTO)</p> | <p>Estrutura com 4 pés, confeccionada em aço tubular com no mínimo 7/8"x1,50mm, fixada no assento por parafusos. A estrutura de fixação ao assento deve ter furação entre centros de no mínimo 160x200mm.</p> <p>Estrutura do encosto confeccionado em tubo oval com no mínimo 18x43mm ou em chapa de aço estampada com no mínimo 6mm de espessura e 7cm de largura.</p> <p>Suporte para prancheta fixa soldado diretamente na estrutura da cadeira por meio de duas hastes, confeccionadas em aço tubular de no mínimo 7/8"x1,2mm.</p> <p>A furação da estrutura, para a fixação da prancheta por meio de parafusos, não deve comprometer a integridade estrutural do suporte.</p> <p>Porta-livros aramado soldado diretamente na estrutura da cadeira, confeccionado em tubo redondo de no mínimo 5/8"x1,2mm (suportes frontal e traseiro) e vergalhão com diâmetro de no mínimo 3/16" (hastes).</p> <p>O acabamento da estrutura se dá pelo processo de pintura epóxi-pó na cor preta, com acabamento liso, com pré-tratamento feito por fosfatização.</p> <p>A estrutura possui sapatas em polipropileno articuláveis montadas na extremidade dos 4 pés.</p> <p>Chassi do assento confeccionado em compensado de madeira multilaminada, prensada a quente, com espessura mínima de 12mm, com furação universal para montagem de porcas-garra.</p> <p>A capa do assento é fabricada pelo processo de injeção de polipropileno. A capa possui furação para a fixação da estrutura da cadeira. A capa do assento é na cor preta e possui acabamento texturizado.</p> <p>Chassi do encosto fabricado pelo processo de injeção de polipropileno, com reforço vertical e horizontal na parte traseira. O chassi possui furação para a inclusão de porcas garras que servem para a fixação do chassi na estrutura do</p> | 5 UNID | |
|---|---|---|--------|--|

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO - MODELO 07

Prefeitura Municipal de *Primeiro de Maio* – Pr.

LOTE Nº: 01

NOME DO BEM: **Mobiliário**

| | | | |
|--|---|--|--|
| | <p>encosto da cadeira. O chassi possui também quatro furos que servem para fixar a capa de encosto ao chassi de encosto através de encaixe.</p> <p>A capa do encosto é fabricada pelo processo de injeção de polipropileno. A capa possui quatro torres que servem para fixar a capa de encosto no chassi de encosto através de furação apropriadas localizadas nessa peça. A capa do encosto é na cor preta e possui acabamento texturizado.</p> <p>Espumas do assento e do encosto injetadas em poliuretano flexível, moldadas anatomicamente, auto extingüíveis. Espessura do assento com no mínimo 55mm, com densidade de no mínimo 45Kg/m³, e espessura do encosto com no mínimo 55mm, com densidade de no mínimo 50Kg/m³. As espumas são aplicadas nos chassis do assento e do encosto sem o uso de qualquer tipo de adesivo ou cola. Revestimento em tecido 100% poliéster, de alta resistência à propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente, com gramatura de no mínimo 235g/m², na cor azul. O revestimento é fixado sob os chassis do assento e do encosto com o uso de sistema de cordão (sem uso de adesivos ou cola).</p> <p>Prancheta fixa em MDP melamínico de baixa pressão na cor argila com espessura de no mínimo 18 mm. Bordas da mesma cor do tampo, em ABS 1mm de alta resistência e aplicadas a quente (220°C), para assegurar maior durabilidade. O sistema de fixação da prancheta na estrutura é realizado por meio de parafusos. A prancheta possui aproximadamente 510mm de profundidade por 275mm de largura com área útil frontal de 280mm x 275mm.</p> <p>Dimensões aproximadas: Largura total: 56cm</p> | | |
|--|---|--|--|



CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO - MODELO 07

Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio – Pr.

LOTE Nº: 01

NOME DO BEM: *Mobiliário*

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | | Altura total: 91cm Profundidade total: 73cm Largura do assento: 46cm / Profundidade do assento: 46cm. Largura do encosto: 41cm / Altura do encosto: 41cm. Altura chão-assento: 45cm. | | |
|--|--|--|--|--|

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO - MODELO 07

Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio – Pr.

LOTE Nº: 01

NOME DO BEM: **Mobiliário**

| | | | | |
|---|---|---|---------|--|
| 5 | CADEIRA UNIVERSITÁRIA COM PRANCHETA (DESTRO) | <p>Estrutura com 4 pés, confeccionada em aço tubular com no mínimo 7/8"x1,50mm, fixada no assento por parafusos. A estrutura de fixação ao assento deve ter furação entre centros de no mínimo 160x200mm.</p> <p>Estrutura do encosto confeccionado em tubo oval com no mínimo 18x43mm ou em chapa de aço estampada com no mínimo 6mm de espessura e 7cm de largura.</p> <p>Suporte para prancheta fixa soldado diretamente na estrutura da cadeira por meio de duas hastes, confeccionadas em aço tubular de no mínimo 7/8"x1,2mm.</p> <p>A furação da estrutura, para a fixação da prancheta por meio de parafusos, não deve comprometer a integridade estrutural do suporte.</p> <p>Porta-livros aramado soldado diretamente na estrutura da cadeira, confeccionado em tubo redondo de no mínimo 5/8"x1,2mm (suportes frontal e traseiro) e vergalhão com diâmetro de no mínimo 3/16" (hastes).</p> <p>O acabamento da estrutura se dá pelo processo de pintura epóxi-pó na cor preta, com acabamento liso, com pré-tratamento feito por fosfatização.</p> <p>A estrutura possui sapatas em polipropileno articuláveis montadas na extremidade dos 4 pés.</p> <p>Chassi do assento confeccionado em compensado de madeira multilaminada, prensada a quente, com espessura mínima de 12mm, com furação universal para montagem de porcas-garra.</p> <p>A capa do assento é fabricada pelo processo de injeção de polipropileno. A capa possui furação para a fixação da estrutura da cadeira. A capa do assento é na cor preta e possui acabamento texturizado.</p> <p>Chassi do encosto fabricado pelo processo de injeção de polipropileno, com reforço vertical e horizontal na parte traseira. O chassi possui furação para a inclusão de porcas garras que servem para a fixação do chassi na estrutura do</p> | 40 UNID | |
|---|---|---|---------|--|

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO - MODELO 07

Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio – Pr.

LOTE Nº: 01

NOME DO BEM: **Mobiliário**

| | | | |
|--|--|--|--|
| | <p>encosto da cadeira. O chassi possui também quatro furos que servem para fixar a capa de encosto ao chassi de encosto através de encaixe.</p> <p>A capa do encosto é fabricada pelo processo de injeção de polipropileno. A capa possui quatro torres que servem para fixar a capa de encosto no chassi de encosto através de furação apropriadas localizadas nessa peça. A capa do encosto é na cor preta e possui acabamento texturizado.</p> <p>Espumas do assento e do encosto injetadas em poliuretano flexível, moldadas anatomicamente, auto extingüíveis. Espessura do assento com no mínimo 55mm, com densidade de no mínimo 45Kg/m³, e espessura do encosto com no mínimo 55mm, com densidade de no mínimo 50Kg/m³. As espumas são aplicadas nos chassis do assento e do encosto sem o uso de qualquer tipo de adesivo ou cola.</p> <p>Revestimento em tecido 100% poliéster, de alta resistência à propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente, com gramatura de no mínimo 235g/m², na cor azul.</p> <p>O revestimento é fixado sob os chassis do assento e do encosto com o uso de sistema de cordão (sem uso de adesivos ou cola).</p> <p>Prancheta fixa em MDP melamínico de baixa pressão na cor argila com espessura de no mínimo 18 mm. Bordas da mesma cor do tampo, em ABS 1mm de alta resistência e aplicadas a quente (220°C), para assegurar maior durabilidade. O sistema de fixação da prancheta na estrutura é realizado por meio de parafusos. A prancheta possui aproximadamente 510mm de profundidade por 275mm de largura com área útil frontal de 280mm x 275mm.</p> | | |
|--|--|--|--|

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO - MODELO 07

Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio – Pr.

LOTE Nº: 01

NOME DO BEM: **Mobiliário**

| | | | | |
|---|------------------------|--|---------------|--|
| | | Dimensões aproximadas: Largura total: 56cm Altura total: 91cm Profundidade total: 73cm Largura do assento: 46cm / Profundidade do assento: 46cm. Largura do encosto: 41cm / Altura do encosto: 41cm. Altura chão-assento: 45cm. | | |
| 6 | LONGARINA | Cadeira tipo longarina com 4 lugares e base fixa; Base fixa em aço com quatro sapatas; Encosto e assento com estrutura em aço e estofamento revestido em couro PU; Braços em aço com formato anatômico; Encosto com 50cm de largura x 43cm de altura; cada assento com 40cm de profundidade x 50cm de largura; Altura do assento ao chão: 35cm; Capacidade de peso máximo recomendado: 150kg por assento. Dimensões aproximadas: Altura 80cm Comprimento 240cm; Largura 68cm. Variação máxima de 5cm para mais/menos. O produto deverá ser novo, sem defeitos e em perfeitas condições de funcionamento. Obs.: todas as informações deverão atender os quesitos da norma regulamentadora NR 17. Todas as longarinas deverão serem entregues montadas de acordo com a solicitação. Cor do mobiliário a definir no momento da aquisição. | 3 UNID | |
| 7 | MESA ESCRITÓRIO | Material estrutura: aço, material tampo: mdf, revestimento tampo: laminado melamínico, cor tampo: argila, quantidade gavetas: 2 un, largura: 600 mm, altura: 0,75 m, cor estrutura: argila, comprimento: 1400 mm, acabamento estrutura: pintura eletrostática, espessura tampo: 25 mm | 2 UNID | |

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO - MODELO 07

Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio – Pr.

LOTE Nº: 01

NOME DO BEM: **Mobiliário**

| | | | | |
|---|-------------------------------------|--|---------|--|
| 8 | MESA RETA CURTA | <p>Mesa retangular com tampo confeccionado em MDP com 25 mm de espessura. Encabeçamento em todos os topos com fita borda PVC de espessura. PaineL Lateral em MDP com 25 mm com fita borda em todas as extremidades. PaineL Frontal em MDP 15 mm, encabeçamento nos topos aparentes com fita borda, todos revestidos com laminado melamínico de baixa pressão (BP) em ambas as faces. Distanciador em Poliestireno injetado com acabamento acetinado na coloração grafite sendo fixado entre o tampo e paineL lateral. Sistema de fixação (montagem) feita através de bucha metálica e parafuso com rosca milimétrica, facilitando a montagem e desmontagem da mesma sem danificar o produto. Conjunto de bucha e sapata niveladora em polipropileno injetado e haste metálica com regulagem através de rosca 5/16.</p> <p>Medidas aproximadas: Altura 75cm; Largura 140cm; Profundidade 70cm. variação máxima de 5cm para mais/menos. Todas as mesas deverão serem entregues e montadas de acordo com a solicitação.</p> <p>Cor do mobiliário a definir no momento da aquisição.</p> | 15 UNID | |
| 9 | QUADRO BRANCO FIXO 250x120cm | <p>Quadro branco confeccionado em laminado melamínico branco brilhante, moldura de alumínio anodizado natural fosco com 18mm de vista e 15mm de espessura. Base do quadro em MDF com no mínimo 9mm de espessura e fundo anti-umidade. Suporte para apagador removível e deslizante, com sistema de fixação invisível.</p> <p>Apaga a seco e sem umidade.</p> <p>Fixação na parede.</p> <p>Dimensões aproximadas: Largura: 250 cm Altura: 120 cm</p> | 3 UNID | |



CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO - MODELO 07

Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio – Pr.

LOTE N°: 01

NOME DO BEM: *Mobiliário*

| | | | | |
|----|-----------------------------|---|--------|--|
| 10 | ARMÁRIO PARA COZINHA | <p>Armário aéreo suspenso de cozinha em aço resistente, 3 portas e 2 prateleiras, pintura eletroestática contra ferrugem. Cor branco.</p> <p>Dimensões aproximadas: Altura: 50 cm Largura: 130 cm Profundidade: 46 cm</p> | 1 UNID | |
| 11 | MESA PARA COZINHA | <p>Material: Madeira Acabamento Superficial: Laminado Melamínico Formato: Retangular</p> <p>Dimensões aproximadas: Largura: 110 cm Altura: 75 cm Comprimento: 220 cm</p> | 1 UNID | |
| 12 | Mão de Obra | Mão de obra de montagem e instalação, | --- | |
| 13 | Instalação | O valor total deste orçamento inclui todos os custos diretos e indiretos necessários para a total execução deste objeto. | --- | |
| 14 | Garantia | 12 meses após a entrega, para todos os bens. | --- | |

A proponente deverá preencher todos os espaços vazios da coluna 4 (quatro) com as especificações do equipamento proposto, obedecendo ao mesmo sistema de unidades e padrões adotados na coluna 2.

Carimbo e assinatura legal
Nome responsável legal: _____
Carteira de identidade - nº e Órgão Emissor _____
de _____ de 20____.



Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio

ANEXO VIII

TERMO DE REFERENCIA



Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM CONJUNTO DE MOBILIÁRIOS PARA ESCOLA PROFISSIONALIZANTE DO MUNICÍPIO DE PRIMEIRO DE MAIO - PR, Convênio nº 1773/2025/SECID/PARANACIDADE, Projeto nº 45, E-Protocolo nº 22.678.362-8, SIT nº 78900, Programa: Paraná Mais Cidades, Secretaria de Estado das Cidades – SECID, Paranacidade.

2. JUSTIFICATIVA

A presente contratação tem por objeto a **aquisição de um conjunto de mobiliários** destinados à estruturação e funcionamento da Escola Profissionalizante do Município de Primeiro de Maio.

A solução consiste na aquisição de mobiliário adequado para equipar os ambientes administrativos, salas de aula e espaços de apoio da escola, proporcionando condições apropriadas para o desenvolvimento das atividades educacionais e administrativas.

O conjunto de mobiliários a ser adquirido será composto por itens necessários ao funcionamento da unidade, tais como armários, cadeiras, mesas, longarinas, quadro branco e mobiliário para cozinha, destinados à organização dos espaços, acomodação de alunos e servidores, bem como ao apoio às atividades pedagógicas e administrativas.

A implementação dessa solução permitirá estruturar adequadamente a Escola Profissionalizante, garantindo melhores condições de conforto, ergonomia, organização e funcionalidade dos ambientes, contribuindo para a oferta de cursos de qualificação profissional e para o fortalecimento das políticas públicas de educação e capacitação profissional no município de Primeiro de Maio.

3. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

3.1 Aquisição de um conjunto de mobiliários, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.



Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

| ITEM | DESCRIÇÃO DO ITEM | QTDE. | UNIDADE DE MEDIDA | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|------|---|-------|-------------------|-------------|-------------|
| 1 | ARMÁRIO ALTO: Armário com tampo confeccionado em fibra de madeira aglomerada de média densidade (MDP) com 25 mm de espessura. Acabamento em ambas as faces, com laminado melamínico de baixa pressão (BP). O tampo é encabeçamento em todos os topos com fita borda PVC. Corpo em MDP 15 mm de espessura, encabeçamento nos topos aparentes com fita borda PVC. Portas em MDP 15 mm de espessura, em todos os topos com fita borda PVC, todos revestidos com laminado melamínico de baixa pressão (BP) em ambas as faces. Portas dotadas de dobradiças caneco Ø35 em aço estampado com abertura de 90°, sendo que a mesma é dotada do sistema SlideOn de amortecimento para que a porta não colida com o móvel e assim não tendo nenhum ruído, contendo 06 dobradiças, 03 em cada porta, fechadura com travamento na porta direita. Puxador estilo alça em polipropileno injetado com acabamento em prata crome com camada de proteção em verniz UV. Niveladoras de piso em polipropileno injetado com regulagem para o móvel tanto internamente como externamente. Composto por 03 prateleiras móveis com possibilidade de regulagem e 01 prateleira fixa. Medidas aproximadas: 170cm x 77cm x 40cm – (AxLxP), variação máxima de 5cm para mais/menos. Cor do mobiliário a definir no momento da aquisição. | 02 | Unidades | 2.300,00 | 4.600,00 |
| 2 | CADEIRA ESTOFADA GIRATÓRIA COM BRAÇO: Chassi do assento confeccionado em compensado de madeira multilaminada, prensada a quente, com espessura mínima de 12mm, | 16 | Unidades | 873,00 | 13.968,00 |



Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

| | | | | |
|---|--|--|--|--|
| <p>com furação universal para montagem de porcas-garra. A capa do assento fabricada pelo processo de injeção de polipropileno. A capa possui furação para a fixação da estrutura da cadeira e dos braços. A capa do assento é na cor preta e possui acabamento texturizado. Chassi do encosto fabricado pelo processo de injeção de polipropileno, com reforço vertical e horizontal na parte traseira. O chassi possui furação para a inclusão de porcas garras que servem para a fixação do chassi na estrutura do encosto da cadeira. O chassi possui também quatro furos que servem para fixar a capa de encosto ao chassi de encosto através de encaixe. A capa do encosto fabricada pelo processo de injeção de polipropileno. A capa possui quatro torres que servem para fixar a capa de encosto no chassi de encosto através de furação apropriadas localizadas nessa peça. A capa do encosto é na cor preta e possui acabamento texturizado. Assento e Encosto com mecanismo de regulagem de inclinação sincronizado e regulagem de tensão e suporte do encosto em chapa de aço estampada de 6,35 mm de espessura e regulagem de altura através de sistema de catraca, com curso mínimo de 65mm. Tubo central com coluna de regulagem de altura pneumática a gás, regulagem mínima de altura de 110mm, com mola amortecedora de impacto no estágio zero. Base giratória 5 patas, arqueada, com diâmetro externo mínimo de 610 mm, em nylon injetado sob pressão com alta resistência mecânica, com rodízios duplos de nylon. Braços "T" reguláveis com corpo injetado em polipropileno de alta resistência a impacto e abrasão e apoia-braços injetados em poliuretano com alma de aço na</p> | | | | |
|---|--|--|--|--|



Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

| | | | | | |
|---|--|---|----------|----------|----------|
| | <p>cor preta. Acionamento da regulagem de altura através de botão de apertar, com curso mínimo de 60 mm. Fixado ao chassi do assento com parafusos.</p> <p>O acabamento das partes metálicas se dá pelo processo de pintura epóxi-pó na cor preta, com acabamento liso, com pré-tratamento feito por fosfatização. Espumas do assento e do encosto injetadas em poliuretano flexível, moldadas anatomicamente, auto extingüíveis. Espessura do assento com no mínimo 50mm, com densidade de no mínimo 45Kg/m³, e espessura do encosto com no mínimo 50mm, com densidade de no mínimo 50Kg/m³. As espumas são aplicadas nos chassis do assento e do encosto sem o uso de qualquer tipo de adesivo ou cola. Revestimento em tecido 100% poliéster, de alta resistência à propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente, com gramatura de no mínimo 235g/m², na cor preto. O revestimento é fixado sob os chassis do assento e do encosto com o uso de sistema de cordão (sem uso de adesivos ou cola).</p> <p>Dimensões aproximadas: Largura mínima do assento ente braços: 45cm. Profundidade do assento: 42cm. Largura do encosto: 41cm. Altura do encosto: 35cm. Altura chão-assento: 40 a 50cm.</p> | | | | |
| 3 | CADEIRA EXECUTIVA GESTOR: Material base em Polipropileno e metal, encosto alto revestido em Tela Mesh. Assento com estofado em espuma injetada de no mínimo densidade 40, com revestimento em Tela Mesh/Nylon. Braço de apoio ajustável. Base giratória em aço tubular. Pistão com | 2 | Unidades | 2.136,00 | 4.272,00 |



Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

| | | | | | |
|---|---|---|----------|--------|----------|
| | <p>regulagem de altura a gás de no mínimo classe 3. Rodas em Nylon. Regulagem de postura ajustável a altura e profundidade. Altura do apoio dos braços ao assento: mínima de 18 cm. Altura do encosto: mínima de 54 cm. Largura superior do encosto: mínima de 50 cm e altura inferior mínima de 40cm. Altura mínima do assento em relação ao solo: 40 cm. Largura do assento: mínima de 48 cm. Comprimento do assento: mínima de 44 cm. Peso mínimo a ser suportado: 100 kg. O produto deverá ser novo, sem defeitos e em perfeitas condições de funcionamento. Obs.: todas as informações deverão atender os quesitos da norma regulamentadora NR 17. Todas as cadeiras deverão serem entregues montadas de acordo com a solicitação. Cor do mobiliário a definir no momento da aquisição. Marca de referência: Astra, Comfy, Fratini ou de melhor qualidade.</p> | | | | |
| 4 | <p>CADEIRA UNIVERSITÁRIA COM PRANCHETA (CANHOTO): Estrutura com 4 pés, confeccionada em aço tubular com no mínimo 7/8"x1,50mm, fixada no assento por parafusos. A estrutura de fixação ao assento deve ter furação entre centros de no mínimo 160x200mm. Estrutura do encosto confeccionado em tubo oval com no mínimo 18x43mm ou em chapa de aço estampada com no mínimo 6mm de espessura e 7cm de largura. Suporte para prancheta fixa soldado diretamente na estrutura da cadeira por meio de duas hastes, confeccionadas em aço tubular de no mínimo 7/8"x1,2mm. A furação da estrutura, para a fixação da prancheta por meio de parafusos, não deve</p> | 5 | Unidades | 632,00 | 3.160,00 |



Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| <p>comprometer a integridade estrutural do suporte.</p> <p>Porta-livros aramado soldado diretamente na estrutura da cadeira, confeccionado em tubo redondo de no mínimo 5/8"x1,2mm (suportes frontal e traseiro) e vergalhão com diâmetro de no mínimo 3/16" (hastes).</p> <p>O acabamento da estrutura se dá pelo processo de pintura epóxi-pó na cor preta, com acabamento liso, com pré-tratamento feito por fosfatização.</p> <p>A estrutura possui sapatas em polipropileno articuláveis montadas na extremidade dos 4 pés.</p> <p>Chassi do assento confeccionado em compensado de madeira multilaminada, prensada a quente, com espessura mínima de 12mm, com furação universal para montagem de porcas-garra.</p> <p>A capa do assento é fabricada pelo processo de injeção de polipropileno. A capa possui furação para a fixação da estrutura da cadeira. A capa do assento é na cor preta e possui acabamento texturizado.</p> <p>Chassi do encosto fabricado pelo processo de injeção de polipropileno, com reforço vertical e horizontal na parte traseira. O chassi possui furação para a inclusão de porcas garras que servem para a fixação do chassi na estrutura do encosto da cadeira. O chassi possui também quatro furos que servem para fixar a capa de encosto ao chassi de encosto através de encaixe.</p> <p>A capa do encosto é fabricada pelo processo de injeção de polipropileno. A capa possui quatro torres que servem para fixar a capa de encosto no chassi de encosto através de furação apropriadas localizadas nessa peça. A capa do encosto é na cor preta e possui acabamento texturizado.</p> | | | | |
|--|--|--|--|--|



Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

| | | | | | |
|----------|---|----|----------|--------|-----------|
| | <p>Espumas do assento e do encosto injetadas em poliuretano flexível, moldadas anatomicamente, auto extingüíveis. Espessura do assento com no mínimo 55mm, com densidade de no mínimo 45Kg/m³, e espessura do encosto com no mínimo 55mm, com densidade de no mínimo 50Kg/m³. As espumas são aplicadas nos chassis do assento e do encosto sem o uso de qualquer tipo de adesivo ou cola. Revestimento em tecido 100% poliéster, de alta resistência à propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente, com gramatura de no mínimo 235g/m², na cor azul. O revestimento é fixado sob os chassis do assento e do encosto com o uso de sistema de cordão (sem uso de adesivos ou cola). Prancheta fixa em MDP melamínico de baixa pressão na cor argila com espessura de no mínimo 18 mm. Bordas da mesma cor do tampo, em ABS 1mm de alta resistência e aplicadas a quente (220°C), para assegurar maior durabilidade. O sistema de fixação da prancheta na estrutura é realizado por meio de parafusos. A prancheta possui aproximadamente 510mm de profundidade por 275mm de largura com área útil frontal de 280mm x 275mm.</p> <p>Dimensões aproximadas: Largura total: 56cm Altura total: 91cm Profundidade total: 73cm Largura do assento: 46cm / Profundidade do assento: 46cm. Largura do encosto: 41cm / Altura do encosto: 41cm. Altura chão-assento: 45cm.</p> | | | | |
| 5 | CADEIRA UNIVERSITÁRIA COM PRANCHETA (DESTRO): Estrutura com 4 pés, confeccionada em aço tubular | 40 | Unidades | 632,00 | 25.280,00 |



Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| <p>com no mínimo 7/8"x1,50mm, fixada no assento por parafusos. A estrutura de fixação ao assento deve ter furação entre centros de no mínimo 160x200mm.</p> <p>Estrutura do encosto confeccionado em tubo oval com no mínimo 18x43mm ou em chapa de aço estampada com no mínimo 6mm de espessura e 7cm de largura.</p> <p>Suporte para prancheta fixa soldado diretamente na estrutura da cadeira por meio de duas hastes, confeccionadas em aço tubular de no mínimo 7/8"x1,2mm. A furação da estrutura, para a fixação da prancheta por meio de parafusos, não deve comprometer a integridade estrutural do suporte.</p> <p>Porta-livros aramado soldado diretamente na estrutura da cadeira, confeccionado em tubo redondo de no mínimo 5/8"x1,2mm (suportes frontal e traseiro) e vergalhão com diâmetro de no mínimo 3/16" (hastes).</p> <p>O acabamento da estrutura se dá pelo processo de pintura epóxi-pó na cor preta, com acabamento liso, com pré-tratamento feito por fosfatização. A estrutura possui sapatas em polipropileno articuláveis montadas na extremidade dos 4 pés.</p> <p>Chassi do assento confeccionado em compensado de madeira multilaminada, prensada a quente, com espessura mínima de 12mm, com furação universal para montagem de porcas-garra.</p> <p>A capa do assento é fabricada pelo processo de injeção de polipropileno. A capa possui furação para a fixação da estrutura da cadeira. A capa do assento é na cor preta e possui acabamento texturizado.</p> <p>Chassi do encosto fabricado pelo processo de injeção de</p> | | | | |
|--|--|--|--|--|



Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

| | | | | | |
|---|--|----|----------|----------|-----------|
| | polipropileno, com reforço vertical e horizontal na parte traseira. O chassi possui furação para a inclusão de porcas garras que servem para a fixação do chassi na estrutura do encosto da cadeira. O chassi possui também quatro furos que servem para fixar a capa de encosto ao chassi de encosto através de encaixe. | | | | |
| 6 | LONGARINA: Cadeira tipo longarina com 4 lugares e base fixa; Base fixa em aço com quatro sapatas; Encosto e assento com estrutura em aço e estofamento revestido em couro PU; Braços em aço com formato anatômico; Encosto com 50cm de largura x 43cm de altura; cada assento com 40cm de profundidade x 50cm de largura; Altura do assento ao chão: 35cm; Capacidade de peso máximo recomendado: 150kg por assento. Dimensões aproximadas: Altura 80cm Comprimento 240cm; Largura 68cm. Variação máxima de 5cm para mais/menos. O produto deverá ser novo, sem defeitos e em perfeitas condições de funcionamento. Obs.: todas as informações deverão atender os quesitos da norma regulamentadora NR 17. Todas as longarinas deverão serem entregues montadas de acordo com a solicitação. Cor do mobiliário a definir no momento da aquisição. | 3 | Unidades | 2.296,00 | 6.888,00 |
| 7 | MESA ESCRITÓRIO: Material estrutura: aço, material tampo: mdf, revestimento tampo: laminado melamínico, cor tampo: argila, quantidade gavetas: 2 un, largura: 600 mm, altura: 0,75 m, cor estrutura: argila, comprimento: 1400 mm, acabamento estrutura: pintura eletrostática, espessura tampo: 25 mm. | 2 | Unidades | 1.600,00 | 3.200,00 |
| 8 | MESA RETA CURTA: Mesa retangular com tampo confeccionado em MDP com 25 mm de espessura. | 15 | Unidades | 1.116,00 | 15.240,00 |



Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

| | | | | | |
|-----------|---|---|----------|----------|----------|
| | <p>Encabeçamento em todos os topos com fita borda PVC de espessura. Painel Lateral em MDP com 25 mm com fita borda em todas as extremidades. Painel Frontal em MDP 15 mm, encabeçamento nos topos aparentes com fita borda, todos revestidos com laminado melamínico de baixa pressão (BP) em ambas as faces. Distanciador em Poliestireno injetado com acabamento acetinado na coloração grafite sendo fixado entre o tampo e painel lateral. Sistema de fixação (montagem) feita através de bucha metálica e parafuso com rosca milimétrica, facilitando a montagem e desmontagem da mesma sem danificar o produto. Conjunto de bucha e sapata niveladora em polipropileno injetado e haste metálica com regulagem através de rosca 5/16.</p> <p>Medidas aproximadas: Altura 75cm; Largura 140cm; Profundidade 70cm. variação máxima de 5cm para mais/menos. Todas as mesas deverão serem entregues e montadas de acordo com a solicitação.</p> <p>Cor do mobiliário a definir no momento da aquisição.</p> | | | | |
| 9 | <p>QUADRO BRANCO FIXO 250x120cm: Quadro branco confeccionado em laminado melamínico branco brilhante, moldura de alumínio anodizado natural fosco com 18mm de vista e 15mm de espessura. Base do quadro em MDF com no mínimo 9mm de espessura e fundo anti-umidade. Suporte para apagador removível e deslizante, com sistema de fixação invisível. Apaga a seco e sem umidade. Fixação na parede.</p> <p>Dimensões aproximadas: Largura: 250 cm Altura: 120 cm</p> | 3 | Unidades | 2.473,00 | 7.419,00 |
| 10 | <p>ARMÁRIO PARA COZINHA: Armário aéreo suspenso de</p> | 1 | Unidade | 1.133,00 | 1.133,00 |



Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

| | | | | | |
|----|--|---|---------|----------|----------|
| | cozinha em aço resistente, 3 portas e 2 prateleiras, pintura eletroestática contra ferrugem. Cor branco. Dimensões aproximadas: Altura: 50 cm Largura: 130 cm Profundidade: 46 cm | | | | |
| 11 | MESA PARA COZINHA: Material: Madeira Acabamento Superficial: Laminado Melamínico Formato: Retangular Dimensões aproximadas: Largura: 110 cm Altura: 75 cm Comprimento: 220 cm | 1 | Unidade | 3.490,00 | 3.490,00 |
| 12 | Mão de Obra: Mão de obra de montagem e instalação. | | | | |
| 13 | Instalação: O valor total deste orçamento inclui todos os custos diretos e indiretos necessários para a total execução deste objeto. | | | | |
| 14 | Garantia: 12 meses após a entrega, para todos os bens. | | | | |

3.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bens de luxo, sendo caracterizados como comuns.

3.3 O prazo de vigência da contratação é de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias**, contados da assinatura do contrato, prorrogável na formado artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

5.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência e seus anexos.



6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Da exigência de amostra

6.1. Não será exigida amostra.

Da exigência de carta de solidariedade

6.2. Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

6.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

6.4. Não haverá exigência da garantia da contratação.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

7.1. O prazo de entrega dos bens é de **60 (sessenta) dias**, contados do envio da Nota de Empenho, em remessa única.

7.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **10 (dez) dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.3. **Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Vinte e Quatro, nº 440 – Centro, Primeiro de Maio/PR, 86140-000 (Escola Profissionalizante).**

Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

7.4. O prazo de garantia contratual do bem, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, **12 (doze) meses**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.



Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

7.5. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição do bem caso apresentar vício ou defeito no prazo de até **10 (dez) dias** úteis, contados a partir da data de retirada das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

7.6. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

7.7. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar item equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

7.8 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado e reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

7.9. O custo referente ao transporte coberto pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

7.10. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de



Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

8.6. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.7. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.8. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.9. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

8.11. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

Recebimento do Objeto

8.12. Os equipamentos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.13. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **20 (vinte) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

8.14. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento provisório, após a verificação da conformidade dos bens com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, bem como da qualidade e pleno atendimento das exigências contratuais.

8.15. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.16. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.17. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.18. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.19. A Administração deverá realizar consulta: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.20. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

8.22. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

Prazo de pagamento

8.24. O pagamento será efetuado no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, após a recepção do recurso financeiro pelo município e apresentação correta da nota fiscal/fatura do equipamento fornecido e documentos pertinentes.

8.25. O faturamento deverá ser protocolado, em 02 (duas) vias, no protocolo geral na sede do Município e deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

- a) Nota fiscal/ fatura, em duas vias, com discriminação resumida do equipamento fornecido, número da licitação, número do contrato, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo técnico responsável pelo recebimento;
- b) Termo de recebimento provisório.

8.26. O faturamento deverá ser efetuado em nome do Município de Primeiro de Maio – CNPJ nº 76.245.059/0001-01.

8.27. Contados da finalização da liquidação da despesa.

8.28. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

Forma de pagamento

8.29. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.30. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.31. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

Exigências de habilitação

9.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.3. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.5. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.9. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.10. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- 9.11. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.12. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.13. Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual** e **Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.14. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

- 9.15. Apresentar Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, de modo a comprovar que a empresa licitante possui aptidão técnica e operacional para fornecer o objeto a ser contratado.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 88.650,00 (oitenta e oito mil e seiscentos e cinquenta reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado (Secretaria de Estado das Cidades/



Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio
SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Paranacidade) e do Orçamento do Município.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação: **em anexo**.

12. DO FISCAL DO CONTRATO

12.1. Será fiscal do contrato: Flavia Cristina Marestoni Silva, Matrícula 401412/2010.

Primeiro de Maio/PR, 12 de maio de 2026.

Documento assinado digitalmente
ALEXANDRE DENARDI
Data: 12/05/2026 12:24:06-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

ALEXANDRE DENARDI
Secretário Municipal de Indústria e Comércio
Portaria nº 7.310/2025



Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio

APENDICÊ DO ANEXO VIII ESTUDO TECNICO PRELIMINAR



Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio

CNPJ nº 76.245.059/0001-01

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR SIMPLIFICADO - LEI Nº 14.133/2021

Área Requisitante

Secretaria Municipal de Indústria e Comércio

Descrição da necessidade

A aquisição de um conjunto de mobiliário para a Escola Profissionalizante do Município de Primeiro de Maio justifica-se pela necessidade de estruturar adequadamente o espaço destinado à oferta de cursos de qualificação profissional, garantindo condições apropriadas para o desenvolvimento das atividades de ensino, aprendizagem e capacitação da população.

A Escola Profissionalizante terá como público-alvo crianças, jovens, adultos e trabalhadores da comunidade local, especialmente estudantes do ensino médio que buscam formação complementar, jovens em situação de vulnerabilidade social que necessitam de oportunidades de capacitação para inserção no mercado de trabalho, adultos e trabalhadores que desejam aprimorar conhecimentos ou realizar requalificação profissional, pessoas desempregadas que procuram ampliar suas chances de empregabilidade, bem como empreendedores e pequenos produtores locais interessados em cursos voltados à gestão, informática e práticas administrativas.

Dessa forma, pretende-se adquirir um **conjunto de mobiliário**, composto por: armário alto; cadeira giratória com braço; cadeira executiva; cadeira universitária com prancheta; longarina; mesa de escritório; mesa reta curta; quadro branco; armário para cozinha e mesa para cozinha.

A aquisição de mobiliários apropriados é necessária para garantir a organização e funcionamento dos ambientes da escola, proporcionando conforto, ergonomia, segurança e melhor aproveitamento dos espaços destinados às atividades administrativas, pedagógicas e de apoio.

1. Descrição da solução (objeto a ser contratado)

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM CONJUNTO DE MOBILIÁRIOS PARA ESCOLA PROFISSIONALIZANTE DO MUNICÍPIO DE PRIMEIRO DE MAIO - PR, Convênio nº 1773/2025/SECID/PRANACIDADE, Projeto nº 45, E-Protocolo nº 22.678.362-8, SIT nº 78900, Programa: Paraná Mais Cidades, Secretaria de Estado das Cidades – SECID, Paranacidade.

A presente contratação tem por objeto a **aquisição de um conjunto de mobiliários** destinados à estruturação e funcionamento da Escola Profissionalizante do Município de Primeiro de Maio.

A solução consiste na aquisição de mobiliário adequado para equipar os ambientes administrativos, salas de aula e espaços de apoio da escola, proporcionando condições apropriadas para o desenvolvimento das atividades educacionais e administrativas.



Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio

CNPJ nº 76.245.059/0001-01

O conjunto de mobiliários a ser adquirido será composto por itens necessários ao funcionamento da unidade, tais como armários, cadeiras, mesas, longarinas, quadro branco e mobiliário para cozinha, destinados à organização dos espaços, acomodação de alunos e servidores, bem como ao apoio às atividades pedagógicas e administrativas.

A implementação dessa solução permitirá estruturar adequadamente a Escola Profissionalizante, garantindo melhores condições de conforto, ergonomia, organização e funcionalidade dos ambientes, contribuindo para a oferta de cursos de qualificação profissional e para o fortalecimento das políticas públicas de educação e capacitação profissional no município de Primeiro de Maio.

1.1. Levantamento de Dados: a) A contratação está adequada ao planejamento do setor requisitante? b) Há contratação anterior? Se sim, apresentou inconsistências a serem combatidas nesta contratação? c) Este estudo considerou as diversas alternativas possíveis para definir pelo presente objeto? Justificar cada resposta.

a) Sim, está alinhada ao planejamento interno da secretaria solicitante.

b) Não

c) Sim, foram consideradas todas as alternativas disponíveis para atender o disposto na Lei 14.133/2021.

1.2. Descrição dos Requisitos da contratação

1.2.1. Requisito 1: Eficiência/Capacidade Técnica - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

1.2.2. Requisito 2: Qualidade/prazos dos itens adquiridos - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

1.2.3. Requisito 3: Redução de risco – A não desistência da empresa no fornecimento dos itens em prazo anterior ao término de vigência do contrato.

1.2.4. Requisito 4: Coerência – Valores oferecidos por item, sejam coerentes com os valores praticados no mercado.

1.3. Estimativa das Quantidades a Serem Contratadas

1.3.1. Os quantitativos foram definidos conforme a necessidades informados pela Secretaria Municipal de Indústria e Comércio para atender a Escola Profissionalizante do município.



Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio

CNPJ nº 76.245.059/0001-01

1.3.2. Os itens que compõem este Estudo Preliminar serão analisados e depois licitados em ITENS para dar maior respaldo, garantia e competitividade ao licitante. Que poderão oferecer suas propostas para um único item, para alguns itens, ou para todos os itens caso assim desejem.

1.3.3. Desta forma, segue abaixo os quantitativos:

| ITEM | DESCRIÇÃO BEM | UNIDADE | QUANT. TOTAL |
|------|--|---------|--------------|
| 1 | ARMÁRIO ALTO... | unidade | 2 |
| 2 | CADEIRA ESTOFADA GIRATÓRIA COM BRAÇO... | unidade | 16 |
| 3 | CADEIRA EXECUTIVA GESTOR... | unidade | 2 |
| 4 | CADEIRA UNIVERSITÁRIA COM PRANCHETA (CANHOTO)... | unidade | 5 |
| 5 | CADEIRA UNIVERSITÁRIA COM PRANCHETA (DESTRO)... | unidade | 40 |
| 6 | LONGARINA... | unidade | 3 |
| 7 | MESA ESCRITÓRIO... | unidade | 2 |
| 8 | MESA RETA CURTA... | unidade | 15 |
| 9 | QUADRO BRANCO FIXO 250x120cm... | unidade | 3 |
| 10 | ARMÁRIO PARA COZINHA... | unidade | 1 |
| 11 | MESA PARA COZINHA... | unidade | 1 |

2. Pesquisa de Mercado e Estimativa do Valor da Contratação

2.1. Registro e análise das informações (informar como foi feita a pesquisa de preços)

2.1.1. Para a estimativa dos valores da presente contratação, foi realizada **pesquisa de preços por meio de solicitação de orçamentos junto a fornecedores do ramo**, especializados no fornecimento de mobiliário corporativo e escolar.

2.1.2. A coleta das informações ocorreu mediante **consulta direta a empresas do setor**, que encaminharam propostas contendo os valores praticados no mercado para os itens que compõem o conjunto de mobiliários a ser adquirido. Os orçamentos obtidos contemplaram as especificações básicas dos produtos, permitindo a comparação entre os valores apresentados.

2.1.3. Após o recebimento das propostas, os preços foram **registrados, analisados e comparados**, considerando a compatibilidade dos itens ofertados, as especificações técnicas e os valores praticados. Com base nessa análise, foi possível identificar uma **média de preços de mercado**, utilizada como referência para a estimativa do valor da contratação.

2.1.4. Esse procedimento visa assegurar que a estimativa de preços reflita **valores compatíveis com o mercado**, garantindo maior segurança na definição do valor de referência e contribuindo para a economicidade e transparência do processo de contratação.

2.1.2. Para aquisição dos itens, estima-se o valor de **R\$ 88.650,00 (oitenta e oito mil e seiscentos e cinquenta reais)**.



Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio

CNPJ nº 76.245.059/0001-01

| ITEM | DESCRIÇÃO DO BEM | UNIDADE | QUANT. TOTAL | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|-------------|--|---------|--------------|----------------|---------------|
| 1 | ARMÁRIO ALTO... | unidade | 2 | 2.300,00 | 4.600,00 |
| 2 | CADEIRA ESTOFADA GIRATÓRIA COM BRAÇO... | unidade | 16 | 873,00 | 13.968,00 |
| 3 | CADEIRA EXECUTIVA GESTOR... | unidade | 2 | 2.136,00 | 4.272,00 |
| 4 | CADEIRA UNIVERSITÁRIA COM PRANCHETA (CANHOTO)... | unidade | 5 | 632,00 | 3.160,00 |
| 5 | CADEIRA UNIVERSITÁRIA COM PRANCHETA (DESTRO)... | unidade | 40 | 632,00 | 25.280,00 |
| 6 | LONGARINA... | unidade | 3 | 2.296,00 | 6.888,00 |
| 7 | MESA ESCRITÓRIO... | unidade | 2 | 1.600,00 | 3.200,00 |
| 8 | MESA RETA CURTA... | unidade | 15 | 1.116,00 | 15.240,00 |
| 9 | QUADRO BRANCO FIXO 250x120cm... | unidade | 3 | 2.473,00 | 7.419,00 |
| 10 | ARMÁRIO PARA COZINHA... | unidade | 1 | 1.133,00 | 1.133,00 |
| 11 | MESA PARA COZINHA... | unidade | 1 | 3.490,00 | 3.490,00 |
| VALOR TOTAL | | | | | R\$ 88.650,00 |

2.2. Decisão por Item ou Lote

Para auxiliar na tomada da decisão: a licitação deverá ser por item se as quatro afirmativas abaixo forem verdadeiras:

| | | |
|---|-------------------------------------|---|
| É tecnicamente viável ter mais de um fornecedor | <input type="checkbox"/> Verdadeiro | <input checked="" type="checkbox"/> Falso |
| É economicamente viável ter mais de um fornecedor | <input type="checkbox"/> Verdadeiro | <input checked="" type="checkbox"/> Falso |
| Não há perda de escala se tiver mais de um fornecedor | <input type="checkbox"/> Verdadeiro | <input checked="" type="checkbox"/> Falso |
| Amplia a competição ter mais de um fornecedor | <input type="checkbox"/> Verdadeiro | <input checked="" type="checkbox"/> Falso |

3. Verificação de Enquadramento no Programa Compra Primeiro de Maio (Lei Municipal n.º 06/2013 com alterações pela Lei Municipal n.º 61/2022).

Existem três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas, empresas de pequeno porte ou MEIs sediados no município, capazes de cumprir as exigências estabelecidas neste instrumento? Em caso afirmativo, a pesquisa foi anexada aos autos? A realização de licitação exclusiva para participação local irá: Promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local ou ampliar a eficiência das políticas públicas do município ou fomentar o desenvolvimento local, através do apoio aos arranjos produtivos locais?

Não se aplica.

4. ANÁLISE DE RISCOS



Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio

CNPJ nº 76.245.059/0001-01

Nesta etapa é feita a análise de riscos relacionados à contratação. Identifique 1 risco relacionado à fase interna do processo licitatório, 1 relacionado à fase de seleção do fornecedor e 1 relacionado à fase de gestão e execução do contrato. Além disso, são estimadas a probabilidade de ocorrência e seu impacto, bem como as ações de prevenção e contingência e os responsáveis pela realização das ações.

| Nº | Descrição do risco | Probabilidade de ocorrência | Impacto | Ações de prevenção | Ações de contingência | Responsável pelas ações |
|----|--|-----------------------------|---------|---|--|---|
| 1. | Atraso na entrega dos mobiliários pela empresa contratada. | Média | Médio | Estabelecer prazos claros no edital e contrato, além de previsão de penalidades por atraso. | Notificar a empresa e aplicar sanções previstas no contrato; se necessário, convocar próximo colocado. | Setor de Licitações / Fiscal do Contrato. |
| 2. | Entrega de mobiliário em desacordo com as especificações técnicas. | Baixa | Alto | Definir claramente as especificações no Termo de Referência e exigir garantia dos produtos. | Recusar o recebimento dos itens e solicitar substituição conforme contrato. | Fiscal do Contrato. |
| 3. | Baixa participação de fornecedores no processo licitatório. | Baixa | Médio | Realizar ampla divulgação do edital e especificações compatíveis com o mercado. | Revisar especificações e republicar o processo licitatório, se necessário. | Setor de Licitações. |
| 4. | Danos aos mobiliários durante transporte e entrega. | Baixa | Médio | Exigir que o transporte seja responsabilidade e da contratada e prever embalagem adequada. | Solicitar substituição dos itens danificados. | Fiscal do Contrato. |
| 5 | Inadequação do mobiliário aos espaços físicos da escola | Baixa | Médio | Verificação prévia das dimensões dos ambientes antes da elaboração do Termo de Referência. | Realocar os itens ou providenciar ajustes necessários. | Secretaria responsável / Fiscal do Contrato. |
| 6 | Atraso no processo administrativo ou licitatório. | Média | Médio | Planejamento antecipado da contratação e acompanhamento do cronograma. | Readequar cronograma de implantação da escola. | Setor de Licitações / Secretaria responsável. |

4.1. Análise e avaliação dos riscos:



Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio

CNPJ nº 76.245.059/0001-01

A análise e avaliação dos riscos relacionados à aquisição de mobiliários para a Escola Profissionalizante do Município de Primeiro de Maio foram realizadas com o objetivo de identificar possíveis situações que possam comprometer a execução da contratação, bem como estabelecer medidas preventivas e ações de contingência para minimizar eventuais impactos.

De modo geral, os riscos identificados estão relacionados principalmente a fatores como atrasos na entrega dos produtos, fornecimento de itens em desacordo com as especificações técnicas, possíveis danos durante o transporte, baixa participação de fornecedores no processo licitatório e eventuais atrasos nos trâmites administrativos.

A avaliação desses riscos indica que a maioria apresenta **probabilidade baixa ou média de ocorrência**, porém alguns podem gerar **impacto moderado ou significativo**, principalmente aqueles relacionados ao atraso na entrega ou ao fornecimento de produtos fora das especificações estabelecidas. Tais situações podem comprometer o cronograma de estruturação da escola e o início das atividades de capacitação.

Contudo, a adoção de medidas preventivas, como a **definição clara das especificações técnicas no Termo de Referência, estabelecimento de prazos contratuais adequados, previsão de penalidades por descumprimento contratual, fiscalização da entrega dos itens e planejamento prévio da contratação**, contribui significativamente para a mitigação desses riscos.

Dessa forma, conclui-se que os riscos identificados são **administráveis e passíveis de controle**, não comprometendo a viabilidade da contratação, desde que sejam adotadas as medidas de prevenção e acompanhamento previstas ao longo da execução contratual. A gestão adequada desses riscos permitirá garantir maior segurança, eficiência e transparência no processo de aquisição dos mobiliários destinados à Escola Profissionalizante do Município de Primeiro de Maio.

5. Providências a Serem Adotadas (caso haja necessidade de adequação do local, contratações simultâneas ou antecedentes, etc)

5.1. Não a medidas e mudanças a serem adotadas.

6. Resultados Pretendidos (aumento da produtividade, eficiência, atendimento de legislação, etc)

Com a aquisição do conjunto de mobiliários destinados à Escola Profissionalizante do Município de Primeiro de Maio, pretende-se alcançar melhorias significativas na estrutura física e nas condições de funcionamento da unidade, garantindo um ambiente adequado para o desenvolvimento das atividades educacionais, administrativas e de qualificação profissional.

Entre os principais resultados pretendidos destacam-se:



Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio

CNPJ nº 76.245.059/0001-01

Estado do Paraná

- **Melhoria das condições de ensino e aprendizagem**, por meio da disponibilização de mobiliário adequado, proporcionando maior conforto, ergonomia e organização dos ambientes destinados aos alunos e instrutores.
- **Aumento da eficiência e produtividade das atividades administrativas e pedagógicas**, com a adequada estruturação dos espaços de trabalho e atendimento.
- **Organização e otimização dos espaços físicos da escola**, permitindo melhor aproveitamento das salas de aula, setores administrativos e áreas de apoio.
- **Ampliação da oferta de cursos de capacitação e qualificação profissional**, possibilitando atender um número maior de alunos e promover formação técnica voltada às demandas do mercado de trabalho.
- **Promoção da inclusão social e da geração de oportunidades**, ao oferecer infraestrutura adequada para capacitação de jovens, adultos e trabalhadores da comunidade.
- **Atendimento às normas e boas práticas de gestão pública**, garantindo que a estrutura da escola esteja adequada para a execução das atividades educacionais e administrativas.

Dessa forma, a aquisição do mobiliário contribuirá diretamente para o fortalecimento das políticas públicas de educação e qualificação profissional no município de Primeiro de Maio, promovendo melhores condições de atendimento à população e incentivando o desenvolvimento social e econômico local.

7. Declaração da Viabilidade

A análise da viabilidade da contratação para aquisição de mobiliários destinados à Escola Profissionalizante do Município de Primeiro de Maio demonstra que a solução proposta é adequada, necessária e compatível com as demandas da administração pública municipal.

A contratação mostra-se **tecnicamente viável**, uma vez que os itens a serem adquiridos correspondem a mobiliários de uso comum, amplamente disponíveis no mercado, não havendo necessidade de tecnologias complexas ou especificações que restrinjam a competitividade do processo licitatório. Dessa forma, é possível garantir ampla participação de fornecedores e obtenção de propostas vantajosas para a Administração.

Do ponto de vista **operacional**, a aquisição dos mobiliários permitirá estruturar adequadamente os ambientes administrativos, salas de aula e espaços de apoio da Escola Profissionalizante, proporcionando melhores condições para o desenvolvimento das atividades educacionais, administrativas e de capacitação profissional.

Sob o aspecto **econômico**, a estimativa de preços foi realizada por meio de pesquisa de mercado com fornecedores do ramo, garantindo que os valores utilizados como referência estejam compatíveis com os preços praticados no mercado. Dessa forma, a contratação apresenta-se economicamente viável e alinhada aos princípios da economicidade e eficiência da gestão pública.



Prefeitura Municipal de Primeiro de Maio

CNPJ nº 76.245.059/0001-01

Além disso, a aquisição está em consonância com as diretrizes da administração pública e com os objetivos de fortalecimento das políticas públicas de educação e qualificação profissional, contribuindo para ampliar oportunidades de capacitação e desenvolvimento da população do município.

Diante do exposto, verifica-se que a contratação é **tecnicamente, operacionalmente e economicamente viável**, atendendo ao interesse público e às necessidades da administração municipal.

8. Conclusão do Estudo Técnico Preliminar - ETP

Após a realização das análises técnicas, levantamento de necessidades, pesquisa de preços e avaliação de riscos, conclui-se que a **aquisição de um conjunto de mobiliários para a Escola Profissionalizante do Município de Primeiro de Maio é necessária e plenamente justificável**.

A contratação permitirá a adequada estruturação dos ambientes da escola, garantindo melhores condições para a realização das atividades de ensino, qualificação profissional e apoio administrativo. A disponibilização de mobiliário adequado contribuirá para a organização dos espaços, conforto dos usuários e eficiência no funcionamento da unidade.

Ressalta-se que os riscos identificados são considerados **baixos ou moderados**, podendo ser devidamente mitigados por meio de planejamento, definição adequada das especificações técnicas, fiscalização da execução contratual e adoção das medidas administrativas previstas na legislação.

Dessa forma, considerando os benefícios esperados, a compatibilidade da solução com as necessidades da Administração e a viabilidade técnica e econômica da contratação, **recomenda-se o prosseguimento do processo administrativo**, com a elaboração do Termo de Referência e a realização do respectivo procedimento licitatório, em conformidade com a **Lei nº 14.133/2021** e demais normas aplicáveis.

Assim, o presente **Estudo Técnico Preliminar conclui pela viabilidade da contratação**, por atender ao interesse público e contribuir para o fortalecimento das ações de educação e qualificação profissional no município de Primeiro de Maio.

9. Atendimento do Programa Primeiro de Maio Compra

8.1. A presente contratação deverá ser exclusiva para licitantes locais favorecidos, posto o presente estudo técnico preliminar demonstrar sua viabilidade e vantajosidade.

() APLICA-SE (**X**) NÃO SE APLICA

Primeiro de Maio/PR, 12 de maio de 2026.



Documento assinado digitalmente
ALEXANDRE DENARDI
Data: 12/05/2026 12:24:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ALEXANDRE DENARDI

Secretário Municipal de Indústria e Comércio
Portaria nº 7.310/2025